

## LEILÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO MOVIMENTOU MAIS DE 700 MIL REAIS

O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará – 7ª Região realizou, nesta quarta-feira, dia 24 de março, a sexta edição do Leilão Unificado da Justiça do Trabalho. Foram colocados à venda 130 lotes contendo bens confiscados de vários empregadores, entre móveis, apartamentos, veículos, equipamentos de informática, máquinas e outros bens para o pagamento de dívidas trabalhistas.

O leilão, realizado no 5º Andar no prédio do Fórum Autran Nunes, na Avenida Duque de Caxias, 1150, no Centro de Fortaleza, teve um resultado global de R\$ 739.524,02, sendo o valor total das arrematações de R\$ 535.208,25 e de R\$ 204.315,77 de acordos e remiões. Dos 141 processos que foram incluídos inicialmente no leilão, 21 processos foram retirados em função de algum vício formal e 22 Processos foram retirados devido às remiões e acordos. Com um total de 120 processos aptos para ingresso no leilão, foram feitas 36 arrematações e 22 processos resultaram em remiões e acordos, o que resultou em 58 processos solucionados, o que corresponde a 48,33% do total.

A Divisão de Hasta Pública e Vendas Judiciais executa a ordem judicial e leva a leilão os bens patronais que foram penhorados para pagamentos dos direitos trabalhistas. Mas, antes dos bens serem leiloados, os processos são examinados para comprovar se os documentos estão todos em ordem. Só a partir daí é que o processo passa a compor o lote de bens de penhora. A dívida ainda pode ser quitada pelo proprietário até minutos antes de começar o leilão.

Segundo o juiz coordenador do Leilão Unificado da Justiça do Trabalho, Konrad Saraiva Mota, “o acordo poder ser feito, mas antes do bem ter sido arrematado. O proprietário pode chegar aqui e pagar o valor da execução. Aí, o bem sai do lote e não é mais leiloado”, explica o magistrado que fica atendendo os proprietários dos bens alienados.

No sexto leilão foi adotado um procedi-



Sala de leilões do Fórum Autran Nunes reuniu grande número de arrematantes

mento inovador pelo juiz coordenador de leilões que foi a determinação de remoção de todos os veículos leiloados nesta edição ao depósito judicial, visando dar celeridade na entrega dos veículos aos arrematantes, bem como instar os executados a pagarem suas dívidas antes da realização do procedimento expropriatório. Vale ressaltar que nas edições passadas o veículo leiloado estava na posse do próprio executado até sua entrega ao arrematante, o que, por vezes,

gerava certa demora.

Esse procedimento logrou êxito, provocando o pagamento de débitos pelos executados, diante da iminência de terem seus veículos removidos ao depósito do leiloeiro. Como se pode observar, o efeito da Hasta Pública não ficou restrito tão somente ao que foi vendido no leilão, mas nos valores pagos a título de remiões (pagamento da dívida pelo executado antes do leilão) e acordos feitos antes do leilão.



Juiz Konrad Saraiva Mota, coordenador do Leilão Unificado, supervisiona os trabalhos durante a realização do leilão.

# CENTRAL DE MANDADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO COMEMORA SÉTIMO ANO DE FUNCIONAMENTO

Os oficiais de Justiça do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará – 7ª Região comemoram, nesta terça-feira, dia 23 de março, o aniversário de sete anos da Divisão de Distribuição e Cumprimentos de Mandados (DDCM).

Uma festa de confraternização marcou a entrega de certificado e placa aos oficiais de Justiça que se destacaram na função durante o ano de 2009. Foram homenageados Maria Aldamira Aguiar Arcanjo, Tarcísio Monteiro de Vasconcelos e Antônio Bianor Neto Pinheiro que recebeu a homenagem pela terceira vez, desde a criação em março de 2003.

“Sinto-me reconhecido pelos colegas e por todos que formam o Tribunal. Receber pela terceira vez esta homenagem é saber que o meu trabalho é satisfatório e estou cumprindo bem a minha missão”, declarou Bianor.

O oficial de Justiça Tarcísio Monteiro, disse que “estou feliz porque meu trabalho está sendo reconhecido ao longo dos anos por colegas que estão no dia a dia, avaliando o nosso trabalho

através das certidões que preparamos a cada diligência em cumprimento dos mandados judiciais”, afirmou.

Segundo o diretor da Divisão de Distribuição e Cumprimentos de Mandados do Tribunal Regional do Trabalho, Alexandre Figueiredo, antes da criação da Central de Mandados, os oficiais de Justiça eram lotados nas Varas do Trabalho e “daquela forma acontecia de vários oficiais de Justiça levarem mandados para uma mesma pessoa. Com a criação da Central de Mandados, os oficiais passaram a ficar em um

único local, tornando o trabalho mais racionalizado e eficiente”, afirma Figueiredo.

A Divisão de Distribuição e Cumprimentos de Mandados é composta, hoje, por 39 profissionais e “a sua criação fez com que o trabalho desse um salto de qualidade”, afirma Alexandre Figueiredo, ao informar que “antes, os mandados ficavam mais de um ano na distribuição. Hoje fica no máximo dez dias e o prazo médio para cumprimento do mandado é de 15 dias, muito embora o oficial tenha até 30 dias de prazo”, explica Alexandre Figueiredo.



Alexandre Figueiredo, diretor da Distribuição e Cumprimento de Mandados, fala para os oficiais de justiça durante solenidade



Oficiais de justiça se confraternizam na DDCM do Fórum Autran Nunes

## DIREITOS TRABALHISTAS EU E MEU EMPREGO



### JORNADA DE TRABALHO

É o período de tempo em que o empregado presta serviços ou permanece à disposição do empregador, num espaço de 24 horas.

**JORNADA MÁXIMA:** 08 horas diárias ou 44 horas semanais (se outro limite não for previsto em Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva)

O empregador com mais de 10 empregados é obrigado a ter cartão-ponto, folha-ponto ou livro-ponto para controle do horário de trabalho.

O empregado é obrigado a anotar o verdadeiro horário de início e término do trabalho diário, inclusive intervalo.

### ::Expediente

#### FOLHA DO FÓRUM

Informativo do Fórum Autran Nunes  
Tribunal Regional do Trabalho do Ceará

Editor: **Moacir Maia** - CE00702JP

Redação: **Moacir Maia, Eliézer Rodrigues, Luiz Carlos Martins, Fátima Medina.**

Editoração eletrônica: **Odenes Uchôa**

Apoio: **Antônio Carlos de Castro, Paulo Sérgio Viana e Solange Benevides.**

Estagiária: **Bruna Pellegrini**

Av. Santos Dumont, 3384 - Ed. Anexo I, 1º Andar  
- Aldeota, Fortaleza - Ceará CEP 60150-162.

E-mail: [csocial@trt7.jus.br](mailto:csocial@trt7.jus.br) - Telefone 3388 9427



## CASA DE JUSTIÇA E CIDADANIA

Rede integrada de serviços gratuitos  
para acesso à justiça e à cidadania.

Conheça os serviços disponíveis em  
[www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)

Av. Duque de Caxias, 1150  
A Justiça do Trabalho também está lá.

**CNJ** CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA